

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de S. Paulo Class.: Cinto Largo 103

Data: 01/08/76 Pg.: 42

Aripuanã ameaça repetir Merure

ELIANA LUCENA
Da Sucursal de Brasília

Considerada como uma das áreas indígenas com problemas mais graves pela Funai, a região de Aripuanã, em Rondônia, onde vivem 3.000 índios das tribos cintalarga, suruí, arara e gavião, está ameaçada de sofrer um grave conflito entre índios e invasores, semelhante ao que ocorreu no último dia 15, em Merure, quando três pessoas morreram. Embora o sertanista Apoena Meirelles, diretor do Parque Indígena do Aripuanã, venha denunciando, desde 1971, a crescente invasão da área indígena, nenhuma providência foi tomada; nos últimos anos, a área está ocupada por mais de 6.000 colonos e garimpeiros, inconformados com a decisão da Funai, que iniciou, nas últimas semanas, a demarcação de duas áreas para os índios, englobando os postos indígenas Sete de Setembro e Roosevelt.

Segundo Apoena, que está em Brasília para pedir providências à Funai e ao Inera para a retirada dos ocupantes ilegais, o clima na área é de grande tensão. Os índios têm invadido as glebas dos posseiros, roubando-lhes as armas, em investidas de surpresa que deixam a população civilizada em pânico.

A SITUAÇÃO

A terra desses índios, a maioria ainda sem qualquer contato com a civilização, está quase toda invadida por colonos, grileiros e garimpeiros. Parte representativa da população já em contato com o branco morreu: dos 800 suruíis contatados por Apoena e seu pai, Francisco Meirelles, em 1969, só restam 256, enfrentando um processo acelerado de aculturação.

As estradas e os projetos do Inera, localizados a poucos quilômetros das aldeias já exercem grande fascínio

sobre eles, dando origem a situações não previstas, como o caso do índio Oreia, que raptou um jovem de 14 anos de um projeto do Inera, tendo vivido durante alguns meses com ela, na aldeia.

A Funai está procurando, agora, um meio de garantir a sobrevivência dos grupos já em contato com a civilização e de eliminar problemas que se arrastam há anos. Com a ligação de Cuiabá a Porto Velho, pela rodovia 364, teve início a ocupação desordenada do território, aonde ainda chegam, diariamente, dezenas de caminhões com colonos do Sul do País, dispostos a se fixarem na Amazônia, com ou sem apoio oficial.

Essa firme disposição dos colonos, pode ser sentida de perto no Aripuanã. Nos dois projetos do Inera implantados na área, Ji-Paraná e Corumbiara, além dos colonos assentados legalmente, existem 6.000 invasores. A pedido da Funai, o Inera havia paralisado o desenvolvimento dos dois projetos, evitando que as roças atingissem os limites das aldeias, mas, apesar dessa orientação, os desmatamentos continuaram e os colonos se fixaram espontaneamente.

VAZIO

Para se entender a com que os próprios órgãos oficiais estão ocupando as áreas indígenas do Aripuanã, é importante que se explique a situação dessas terras. Na verdade, a reserva criada para estes 3.000 índios obedece a um traçado que não engloba a maioria dos aldeamentos e, mais grave ainda, nem mesmo os três postos da Funai instalados na área: Riozinho, Sete de Setembro e Roosevelt. Por má fé dos administradores anteriores, ou mesmo ignorância sobre a real localização das tribos, o parque do Aripuanã, propriamente dito, é um imenso vazio de 1.672.000 hectares, onde a Funai não dispõe de qualquer infraestrutura montada e que é

habitado por alguns grupos de cintas-largas isolados.

Os já em contato permanente com o a maioria das tribos isoladas estão fora do parque, em duas áreas que foram interditadas por dois anos. Na área interditada um, de 1.518.000 hectares, vivem 1.000 índios e na área interditada dois, com 839.000 hectares, 1.500 índios. A situação da área um é a mais grave e lá estão fixados os 6.000 colonos, o prazo da interdição venceu no início do ano e a Funai conseguiu a sua prorrogação, por mais dois anos, determinando o início dos trabalhos de demarcação.

Nesse tempo, o órgão tentará transferir as tribos para dentro dos limites legais do parque, embora sejam reconhecidas como habitat natural dos índios as áreas interditadas e, por isso mesmo, garantidas pelo artigo 198 da Constituição.

Mas os que conhecem a situação na região como Apoena, são obrigados a reconhecer que seria utopia, a esta altura, reivindicar toda a área que, por direito pertence aos índios. A própria Funai enfrentaria a resistência dos órgãos encarregados da colonização da área e mesmo do Ministério do Interior, ao qual está subordinada.

TRAGÉDIA

Quando tiveram contato pela primeira vez, com os sertanistas, os cintas-largas e suruíis, que pertencem à mesma família Tupi, sendo por isso difícil distinguir os dois grupos, não aceitavam o açúcar que lhes era oferecido. Soube-se posteriormente que toda uma aldeia morreu envenenada por arsênico, misturado ao açúcar, por seringueiros que queriam explorar suas terras.

Antes ainda do contato com Apoena, os cintas-largas passaram por uma grande tragédia: a mando da colonizadora Arruda e Junqueira, interessada nas terras do Aripuanã, capan-

gas atacaram uma aldeia e mataram todos os índios, sobrevivendo apenas uma mulher, que foi dependurada de cabeça para baixo numa árvore e cortada ao meio com um facão. Conhecido como "massacre do paralelo 11" o crime, amplamente divulgado pela imprensa internacional, causou revolta em todo o mundo.

No ano passado, depois de sucessivos adiamentos, foi realizado o julgamento em Cuiabá, mas apenas um participante da chacina, Ramiro Costa, foi condenado. Os proprietários da colonizadora continuaram impunes e os outros envolvidos morreram ou desapareceram misteriosamente.

Estes acontecimentos anteriores ao contato, não foram suficientes para alertar os índios sobre os perigos do mundo civilizado. Logo começaram a aparecer na estrada, contraindo doenças como o sarampo e a tuberculose — que chegou a atingir 90 por cento dos suruíis do posto indígena Sete de Setembro.

No final de 1971, inconformados com a decisão do chefe do posto do Roosevelt, o ex-jornalista Possidônio Bastos, de não permitir que os índios fossem até Cuiabá-Santarém, eles mataram o sertanista e o servidor da Funai Acrísio Lima. Na ocasião, o massacre foi atribuído ao descontentamento dos índios com a invasão de suas terras pela colonizadora Itaporanga, mas, agora, alguns deles, que já conseguem se expressar em português, explicaram os verdadeiros motivos do massacre.

Uma aldeia inteira, com 77 índios, acabou se transferindo para a sede da colonizadora Itaporanga, transformada agora no próspero vilarejo de Espigão do Oeste. Ali continuam vivendo, até hoje sob os cuidados dos donos da firma, os irmãos Melhorança, que, apesar da acusação de terem grilado 1.200 mil hectares de terras indígenas e ha-

verem sido processados pela Funai, continuam tocando seu ambicioso projeto. Os índios do Espigão do Oeste, que construíram uma maloca nos arredores da vila, não querem mais voltar para a aldeia. Já conhecem dinheiro e cobram, a exemplo dos índios carajás, da ilha de Bananal, as fotografias tiradas pelos fotostereoscópios.

No posto indígena Sete de Setembro, a Funai conseguiu controlar a tuberculose que atingiu praticamente toda a comunidade. Mas, apesar dos males da civilização, os índios, especialmente os mais jovens, estão tornando cada vez mais assíduas as idas e vindas entre os projetos do Inera e as aldeias. Rádios de pilha, lanternas e outros objetos já são encontrados nas malocas.

Inicialmente, eles chegavam até as posses dos colonos timidamente, ganhavam presentes e eram cativados

pelos invasores. Ocorre que a ocupação da região obedeceu a um processo tão rápido e desordenado que os desmatamentos feitos pelos colonos já estão quase se confundindo com as roças dos índios. Estes, passado o fascínio natural pelo mundo civilizado, tomaram consciência da invasão dos seus domínios e agora partiram para o saque e a intimidação sistemática aos posseiros.

Críticos apontam os erros

Até agora, o Inera não definiu a situação dos invasores e esta semana o presidente do órgão, Lourenço Vieira da Silva, garantiu que está buscando, junto com a Funai, uma solução para o caso. Desmentiu inclusive a denúncia feita em Brasília por Apoena Meirelles de que os invasores têm autorização do órgão para se fixarem na área. Por outro lado, alguns assessores do Inera, que estiveram com o sertanista, em Rondônia, acusaram a Funai de ser a grande culpada pela invasão dessas áreas, "por pretender grandes extensões de terra para reduzidos grupos tribais e não ter condições de policiá-las de forma adequada".

De fato, segundo admitem os próprios técnicos da Funai, erros foram cometidos no caso de Aripuanã. Inclusive existem documentos que comprovam a permissão para que garimpeiros se instalassem na área, emitidos durante a administração do general Bandeira de Mello. O Aripuanã é uma das áreas mais ricas do país em cassiterita.

O sertanista Apoena decidiu agora retomar a direção do Aripuanã, da qual havia

sido afastado por Bandeira de Mello depois de ter denunciado seguidamente a omissão do órgão diante das invasões.

INTEGRAÇÃO

Embora reconhecendo a delicadeza do problema no Aripuanã, ele acha que ainda é tempo de reabilitar esses índios, reintegrando-os à vida tribal e garantindo parte de suas terras.

Apoena acredita que o destino de todos os índios brasileiros é integrar-se à sociedade nacional, daí a importância de prepará-los para isso. "Já na ocasião do contato — diz ele — criamos no índio uma série de necessidades que ele não tinha

anteriormente, fornecendo machados de ferro, panelas e facões, etc. A própria expedição é uma verdadeira boutique ambulante, com seus sertanistas usando relógios vistosos, roupas, botas. É lógico que todo esse aparato fascina o índio, que começa então a ambicionar a mesma coisa".

"Hoje em dia — conclui — nós, os sertanistas, sentimos uma profunda angústia quando assumimos uma expedição de atração. Sabemos que o índio é muito mais feliz enquanto isolado. No entanto ainda acho melhor que eles mantenham um primeiro contato conosco do que com as frentes pioneiras, que não respeitaram nada em sua caminhada".